

Luís Grosso Correia*

O *thymos* segundo o Liceu Feminino do Porto (1917-1927)

R E S U M O

O presente texto insere-se num processo de reflexão que temos vindo a desenvolver sobre a cultura organizacional e a construção de identidades de escolas liceais. A construção da identidade de uma escola é um processo contínuo, multidimensional e sistémico realizado dia-a-dia desde o currículo oculto até ao Regulamento Interno, passando pelas imposições jurídico-legais, pela distribuição e organização das tarefas escolares Nesta linha de análise, mais intensa e profunda, a identificação de uma escola não poderá ser estudada a partir da clássica abordagem dos domínios pedagógico e escolar. Há, assim, que analisar o domínio profissional nas suas especificidades contextuais, designadamente a nível das atitudes, representações e comportamentos dos professores que, em determinadas conjunturas político-educativos marcantes da vida da escola, em particular, e do país, em geral, tiveram a tendência para revestir a escola de um determinado valor e exigir o reconhecimento desse valor.

O presente texto insere-se num processo de reflexão que temos vindo a desenvolver sobre a cultura organizacional e a construção de identidades de escolas liceais. A construção da identidade de uma escola é um processo contínuo, multidimensional e sistémico realizado dia-a-dia desde o currículo oculto até ao Regulamento Interno, passando pelas imposições jurídico-legais, pela distribuição e organização das tarefas escolares Nesta linha de análise, mais intensa e profunda, a identificação de uma escola não poderá ser estudada a partir da clássica abordagem dos domínios pedagógico e escolar. Há, assim, que analisar o domínio profissional nas suas especificidades contextuais, designadamente a nível das atitudes, representações e comportamentos dos professores que, em determinadas conjunturas político-educativos marcantes da vida da escola, em particular, e do país, em geral, tiveram a tendência para revestir a escola de um determinado valor e exigir o reconhecimento desse valor. É disto que trata o presente trabalho¹.

1. THYMOS

O *thymos* é o étimo grego da palavra timo. O timo refere-se, na literatura médico-científica, ao órgão glandular endócrino transitório situado na parte inferior do pescoço, na parte torácica, ao qual é atribuído um papel de comando no processo de maturação do sistema imunitário nos períodos fetal e neo-natal. Trata-se, assim, de uma glândula vital no período inicial da vida humana², mas que se vai tornando inútil à medida que o ser humano

* Secção Autónoma de Educação/Instituto de História Contemporânea.

¹ Este trabalho é uma versão alargada e atualizada da comunicação intitulada *Habitus, ethos e thymos* apresentada ao III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (Coimbra, 26 de Fevereiro de 2000).

² O timo vai gradualmente amadurecendo até atingir o seu maior volume na puberdade.

vai crescendo³. Em termos de expressão literária, o *thymos* refere-se a um princípio de atividade (por oposição ao *ethos*, estado de passividade) emocional, volitiva, intelectual, no sentido de se querer alcançar ou obter algo, podendo também designar estados emocionais específicos, como a cólera ou a ira⁴.

A utilização deste conceito no presente texto é o resultado da intersecção da leitura combinada das obras de Francis Fukuyama⁵ e Platão⁶ com a nossa investigação sobre a história do Liceu de Feminino do Porto, em particular no período que vai de 1917 a 1927.

A noção de *thymos* foi utilizada por Platão na *República* e retomada por Fukuyama. Platão utilizou-a num diálogo entre Sócrates e Gláucón sobre a natureza e objectivos da justiça, na óptica do cidadão e da cidade, qualificando-a como uma das três partes da alma (uma racional, outra concupiscente, irracional, do desejo, e uma terceira relacionada com a ira, cólera, ao serviço da parte sábia da alma). Fukuyama retoma esta passagem de Platão atribuindo ao *thymos* a qualidade da alma que tende a revestir o eu de um determinado valor. O sentimento capaz de, segundo este autor, «exigir o reconhecimento desse valor é aquilo a que, na linguagem popular de hoje, chamaríamos “amor-próprio”. A tendência para sentir amor-próprio brota da parte da alma chamada *thymos*. É como um sentido humano inato de justiça»⁷. O autor continua a explorar as virtudes do conceito, associando-lhe as emoções de ira e cólera, definidas por Platão, mas também o desejo de reconhecimento e os sentimentos de vergonha e orgulho, os quais, todos em conjunto, «constituem elementos da personalidade humana que são cruciais para a vida política. Segundo Hegel, são eles o motor de todo o processo histórico»⁸.

Não vamos aqui tecer considerações sobre as perspectivas historicistas de Hegel ou Fukuyama. Interessa-nos apenas destacar e explicar a filogénese do conceito *thymos*, deslocá-lo dos seus contextos filosóficos emergentes e recontextualizá-lo, agora, no campo da investigação histórico-educativa com o intuito de, instrumentalmente, sintetizar o trabalho reflexivo desenvolvido a partir de um conjunto de acontecimentos. É, assim, nossa finalidade definir um *modus operandi* que oriente e organize uma prática científica, feita de conhecimentos adquiridos, dispersos e pouco formalizados, através de uma noção que, des/recontextualizada, se apresenta como uma «simples metáfora com função puramente emblemática»⁹.

Este nosso esforço de recontextualização da noção de *thymos* no domínio da investigação educacional insere-se num processo conceptual de recobrir um conjunto de reflexões, atitudes e comportamentos desenvolvidos por um conjunto de professores¹⁰ que concorre para a afirmação e construção da identidade de uma dada escola num dado tempo. Deste

³ DURANTEAU, 1981. Outra referência de natureza científica deverá ser feita ao médico-investigador Paulo Pinho e Costa, do Instituto de Ciências Bio-Médicas da Universidade do Porto, que em muito esclareceu a nossa ignorância inicial sobre o timo.

⁴ Não sendo especialistas em grego clássico, mais uma vez tivemos de recorrer à paciência e bonomia de colegas de profissão para a definição da palavra em análise. Desta feita, protestamos o nosso reconhecimento a Raúl da Cunha e Silva.

⁵ FUKUYAMA, 1992: 18-24.

⁶ PLATÃO, 1983: 176-205.

⁷ FUKUYAMA, 1991: 18.

⁸ FUKUYAMA, 1991: 19.

⁹ BOURDIEU, 1994: 68.

¹⁰ Não o designamos por grupo, individualizado e distinto de outros, pois como veremos, mais adiante, esses professores não tinham opiniões e perspectivas consensuais entre si em várias matérias educativas.

modo, o *thymos*, segundo a análise desenvolvida junto do Liceu Feminino do Porto, traduzirá um processo dinâmico pelo qual um conjunto de professores procura na fase de instalação e afirmação institucional da escola – tal como o timo nos recém-nascidos –, construir uma ideia e uma identidade de escola, recorrendo a processos racionais, afectivos e comportamentais, que são mais fundamentais do que estratégicos, dentro da observância do quadro jurídico-legal estabelecido.

Os processos adoptados por esses professores¹¹, em ordem a estabelecer uma determinada identidade da escola e a exigir o reconhecimento dessa mesma identidade, são dinâmicos e relacionais, justificados e inteligíveis à luz do contexto histórico e social em que são produzidos, e apresentam-se como genuínas expressões dos valores da legalidade e da justiça. Os actores educativos não agem, assim, com base em respostas predeterminadas a assuntos ou problemas bem identificados, mas sim através de uma mediação simbólica, através da qual interpretam e definem as diferentes situações. Essa interpretação é um processo de construção de significados através de interacções entre os diferentes actores educativos. As definições comuns atribuídas a esses objectos/situações são assim o resultado de um processo de negociação de perspectivas entre os actores educativos que interagem regularmente e partilham experiências, problemas e passados comuns, não querendo isto significar um monismo idiossincrático (para o qual nos podem remeter as noções de *ethos*¹² e de *habitus*¹³).

Nesta linha, é de salientar a concepção emancipadora do papel desempenhado pelos professores em contexto profissional: eles são líderes, com trajectos, projectos e represen-

¹¹ Os actores educativos a que fazemos referência são um conjunto de professores que, nas reuniões do Conselho Escolar do Liceu, pelo empenho, desempenho, aceitação das suas propostas pelos seus pares e nomeação ou eleição para tarefas de natureza pedagógica, administrativa ou de representação consubstanciaram aquilo que designaremos o *núcleo decisional* do Liceu entre 1917 e 1926, a saber: Augusto Martins, reitor; Francisco do Livramento Gonçalves Brandão, professor mais antigo e reitor interino nos impedimentos do reitor; José Nunes Prudente; Leonardo José Coimbra, destacado pensador, pedagogo, filósofo, Ministro da Instrução em 1922-23, deputado, professor de Física e de Filosofia; Maria Emília Duarte Costa, primeira professora a ser eleita para um órgão de gestão da escola e reitora entre 1931 e 1939; Mário de Vasconcelos e Sá, autor de manuais de História e de Geografia, autor do primeiro Regulamento Interno do Liceu aprovado pelo Conselho Escolar; Pedro Tavares Mendes Vaz; e Rodrigo Fernandes Fontinha, secretário do Conselho Escolar.

¹² Um espírito, sentimento ou atitude colectiva que informa a actividade de pessoas ou instituições. Na perspectiva sociológica o conceito foi desenvolvido por William Graham Sumner na obra *Folkways* (Nova York: Ginn, 1906) e enfatiza que o *ethos* de uma comunidade/grupo representa a totalidade dos traços culturais que individualiza e diferencia essa comunidade/grupo de outros grupos. Comportamentos repetitivos e redundantes ao serviço da prossecução das necessidades e interesses de um grupo na luta pela sua existência. Poder-se-á ainda falar de um trans-*ethos*, comum a diferentes unidades ou grupos sociais (cf. SWATJUS, 1998: 174-175). Como advertem Stephen Stoer e Helena Araújo, a afirmação de uma identidade, de «diferentia específica», realçando as particularidades organizacionais, culturais e educativas de uma dada escola não é muito frequente num sistema educativo fortemente centralizado como é no caso português (cf. STOER; ARAÚJO, 1992: 67 e ss.). Não operamos conceptualmente com a noção de *ethos* apresentada por estes dois autores (como um espaço de negociação através da cultura), mas temos mais presente a definição avançada por Bourdieu e Passeron, com uma forte determinação de classe social: «o sistema de disposições que caracteriza cada agente social (individuo ou grupo), na medida em que este se refere, mesmo sem o saber, quando se determina no sistema das relações objectivas que o determina» (BOURDIEU; PASSERON, s.d.: 211-212).

¹³ Segundo o responsável da sua introdução no glossário das ciências sociais, Pierre Bourdieu, *habitus* refere-se, a um tempo, a uma disposição incorporada, quase postural – como um *haver*, um capital –, e a um agente social em acção, evidenciando, assim, as capacidades criadoras, activas e inventivas deste a nível comportamental, a nível do «primado da razão prática» (cf. BOURDIEU, 1994: 61). A liberdade a nível expressivo não é, contudo, compatível com a inovação a nível do conjunto de princípios que postula a produção e reprodução de práticas e formas que concorrem para prossecução dos interesses da classe ou fracção de classe social (cf. JARY, 1991: 267).

tações educativas próprias. O estatuto atribuído aos professores e às escolas na definição, discussão e administração do sistema educativo entre 1910 e 1926¹⁴ é caracterizado pela descentralização e desconcentração de competências do poder central para o reitor e Conselho Escolar dos liceus. Estavam, deste modo, reunidas as condições legais para o reconhecimento de «um certo grau de poder, de autonomia, de margem de decisão, legitimidade, tarefas e objectivos próprios» dos liceus, acentuando-se, deste modo, a alta profissionalização docente (experiência e competência para influenciar as decisões organizacionais) em detrimento dos procedimentos burocráticos (autoridade centralizada, forte hierarquização administrativa, trabalho baseado na disciplina e regras impessoais), como o relevou João Barroso¹⁵.

De igual forma, a conjuntura político-ideológica em matéria educativa caucionava esta liberdade de acção reconhecida às escolas no sentido de construírem consensos e integrações socialmente alargados em torno da ideia de República. Daí todo o interesse em «fomentar o desenvolvimento de uma nova unidade espiritual e moral da nação, o que implicava a união de todos os portugueses à volta da ideia de república, dos valores a ela associados e, naturalmente, das novas instituições. A função integradora é, aliás, uma das funções habituais de qualquer ideologia e, designadamente, de uma ideologia pedagógica. [...] A obtenção do “consensus” republicano era pois uma questão vital»¹⁶.

2. BREVE HISTÓRIA DO LICEU FEMININO DO PORTO (1914-1927)

O Liceu Feminino do Porto sucede à Secção Feminina dos Liceus do Porto criada no ano lectivo de 1914/15. Torna-se, assim, no terceiro liceu oficial da cidade do Porto após a solução de continuidade do Liceu Nacional do Porto no então denominado Liceu de Rodrigues de Freitas¹⁷ e a criação do liceu da zona oriental da cidade (no contexto do desdobramento do Liceu Nacional do Porto em 1906) que, à época, já se denominava de Alexandre Herculano¹⁸.

¹⁴ Designadamente na conjuntura jurídico-administrativa que decorre entre 1914 (Decreto nº 471, de 06.05.1914) e 1927 (lei orçamental definida pelo Decreto nº 13.872, de 01.07.1927).

¹⁵ BARROSO, 1995: 333-347, 413-419.

¹⁶ PINTASSILGO, 1998: 113-115.

¹⁷ Como marcos do devir histórico do então Liceu de Rodrigues de Freitas assinalamos os seguintes: *i*) Liceu Nacional do Porto (Decreto de 17 de Novembro de 1836) – *Plano dos Lyceos Nacionaes*: «Artº 40º Em cada uma das Captaes dos Districtos Administrativos do Continente do Reino, e do Ultramar haverá um Lyceo, que será denominado Lyceo Nacional de o local onde fôr estabelecido»; «Artº 42º O Lyceo do Porto formará uma secção da Academia» Politécnica; *ii*) Liceu Nacional Central do Porto (Decreto de 14 de Junho de 1880) – «Art. 3º O continente do reino será dividido em três circumscrições academicas, cujas sédes serão: Lisboa, Coimbra e Porto, que se designarão respectivamente – 1ª, 2ª e 3ª»; «Art. 4º Em cada capital de circumscrição haverá um lyceu nacional central e em cada capi-tal do districto um lyceu nacional.» (Diário do Governo nº 138, de 21 de Junho de 1880); *iii*) Liceu Nacional Central da 2ª Zona Escolar do Porto (Decreto de 4 de Janeiro de 1906) – o desdobramento do Liceu Central do Porto em dois liceus levou à criação de um liceu na zona oriental da cidade, obrigando à sua divisão em duas zonas escolares; *iv*) Liceu de D. Manuel II (Decreto de 9 de Setembro de 1908) – no contexto do grande pesar nacional provocado pelo regicídio de 1908 o Conselho Escolar aprovou, por unanimidade, o nome do monarca em exercício para patrocinar a denominação oficial do Liceu; *v*) Liceu de Rodrigues de Freitas (Decreto de 23 de Outubro de 1910) – a decisão do primeiro-ministro António José de Almeida em alterar o nome do patrono do Liceu foi confirmada, por unanimidade, pelo Conselho Escolar do mesmo, no contexto revolucionário da instauração do regime republicano.

¹⁸ Como marcos cronológicos do Liceu de Alexandre Herculano destacamos os seguintes: *i*) Liceu Nacional Central da 1ª Zona Escolar do Porto (Decreto de 4 de Janeiro de 1906); *ii*) Liceu de Alexandre Herculano (Decreto de 14 de Setembro de 1908).

A Secção Feminina dos Liceus do Porto entrou em funcionamento no ano lectivo de 1914/15, teve por instalações o prédio sito no número 441 da Rua de Cedofeita e foi amplamente apoiada pelo Liceu de Rodrigues de Freitas a nível de recursos humanos (alunas e professores) e materiais e ainda a nível de gestão. Este manifesto interesse do Liceu de Rodrigues de Freitas na criação e apoio da escola liceal feminina contou com uma adesão fruste e distanciada por parte do Liceu de Alexandre Herculano. Esta nossa observação decorre de três factores:

- i) o liceu da zona oriental raras vezes fez deslocar as alunas nele matriculadas quer para a secção feminina, quer para o liceu feminino que lhe irá suceder;
- ii) somente com a criação da Secção do Liceu de Carolina Michaëlis¹⁹ na zona oriental da cidade em 1933 (cf. Decreto nº 23.077, de 4 de Outubro) é que o Liceu de Alexandre Herculano observará a legislação aplicável ao ensino liceal feminino, em vigor desde 1926, e, acto contínuo, passará a ser um liceu exclusivo para alunos do sexo masculino;
- i) a crise estudantil, que se desenvolve no Liceu de Rodrigues de Freitas entre Março e Abril de 1912²⁰, levou um antigo professor do Liceu e prestigiado cientista, pedagogo e filósofo, Leonardo Coimbra de seu nome, a compreender, embora discordando completamente do modo, a posição dos alunos face a casos conhecidos de incompetência pedagógica e científica de alguns professores, assim como face ao uso de práticas pedagógico-educativas humilhantes para os alunos, entre as quais se destacava o facto de que «os rapazes acusam os professores de *namorarem* as alunas»²¹.

O reitorado de Eduardo Ferreira dos Santos Silva, médico e reputado republicano da cidade do Porto, será a grande novidade do início do ano lectivo de 1912/1913 no Liceu de Rodrigues de Freitas. A sua administração pautou-se pela pacificação da comunidade escolar e pela normalização da actividade docente, emergindo, como principal medida escolar, a criação da Secção Feminina dos Liceus do Porto no ano lectivo de 1914/15²². Envidou os esforços necessários para a sua transformação em liceu autónomo logo a partir de Junho de 1915²³.

A origem do Liceu Feminino do Porto remonta, assim, a 1914, ano em que foi criada a Secção Feminina dos Liceus do Porto. A criação desta Secção Feminina contou, para além do

¹⁹ A secção do Liceu de Carolina Michaëlis ganhará carta de alforria em 1946 (cf. Decreto-Lei nº 35.905, de 12. Outubro.1946) e passará a designar-se por Liceu de Rainha Santa Isabel.

²⁰ Esta crise é motivada pelos violentos ataques que o jornal estudantil denominado *A Verdade* lançava contra os professores dos dois liceus da cidade assim como a professores da Academia do Porto. Apesar do tom mordaz, virulento e indecoroso de alguns artigos, o jornal não deixava de protestar a sua pública admiração por professores do Liceu de Rodrigues de Freitas como Jaime Cortesão ou Leonardo Coimbra. A aludida crise terá o seu epílogo a 26 de Abril de 1912 com os tumultos, agressão do reitor e de alguns outros professores do Liceu e vandalização de mobiliário e outros equipamentos praticados por alunos do Liceu na sequência da decisão de expulsão pelo período de dois anos do aluno José Garrido, director e articulista do jornal *A Verdade*.

²¹ *A Verdade*: nº 9, 28.04.1912.

²² Frequentada pelas alunas matriculadas até à 3ª classe nos dois liceus da cidade (cf. AESRF, 1906-1915: Sessão de 17.10.1914).

²³ Cf. AESRF, 1906-1915: Sessão de 18.06.1915.

Liceu de Rodrigues de Freitas, com um outro importante promotor na cidade: a Câmara Municipal do Porto, que desde há alguns anos reclamava para a cidade um liceu feminino e um Conservatório de Música²⁴.

Por determinação do artigo 53º da Lei nº 410, de 20 de Setembro de 1915, a secção feminina dos dois liceus do Porto é integrada na rede nacional de liceus: a «actual secção feminina dos Liceus do Pôrto é transformada em Liceu Nacional Feminino, com as 1ª e 2ª secções do Curso Geral, sendo desde já dotado com 4.000\$ anuais e ficando com administração independente da dos liceus masculinos da mesma cidade»²⁵. A partir de 1917, o Liceu é autorizado, pelo Decreto nº 3.694, de 24 de Dezembro, a leccionar o Curso Complementar dos Liceus, subindo, assim, à categoria de Liceu Central Nacional, categoria esta apenas partilhada pelo Liceu Feminino de Lisboa.

O primeiro reitor do Liceu Feminino do Porto foi o professor António Augusto Pires de Lima, que à época era igualmente reitor do Liceu de Rodrigues de Freitas. Por este facto acabará por pedir a sua substituição no cargo de reitor do Liceu Feminino, sucedendo-lhe, em Janeiro de 1916, o professor José Mendes de Araújo. Este reitor acabará por ser substituído, em Outubro desse mesmo ano, no cargo de reitor por Augusto Martins, o qual estenderá o seu reitorado, confirmado democraticamente por diferentes eleições, até 1926.

Neste período o Liceu Feminino do Porto adoptará por patronos Castilho (1919) e Sampaio Bruno (1919-1926). Pelo Artigo 133º do Decreto nº 12.425, de 2 de Outubro de 1926, é imposto o nome da filóloga romanista Carolina Michaëlis de Vasconcelos (Berlim, 15 de Março de 1851 – Porto, 16 de Novembro de 1925) como patrona do Liceu. Esta última mudança de patrono, determinada centralmente pelas autoridades ditatoriais, acontece num período em que, para além do esforço político-ideológico das novas autoridades em fazer tábua rasa da cultura pedagógica da República, se assiste a uma reforma estrutural da organização do quadro do pessoal docente dos liceus femininos: os professores do sexo masculino remanescentes da gradual aplicação da Lei nº 5.638, de 10 de Maio de 1919, foram «transferidos para os outros liceus das mesmas cidades» por força do Decreto nº 11.897, de 16 de Julho de 1926. O sub-sistema escolar liceal feminino português começa, deste modo, a definir-se como um nicho escolar exclusivo do género feminino: a nível dos corpos discente, docente e, um pouco mais tarde, administrativo e auxiliar (cf. Decreto 13.488, de 21 de Abril de 1927).

O Liceu manteve-se nas instalações primitivas da Secção Feminina dos Liceus do Porto, sitas à Rua de Cedofeita, até 1921. Neste ano, muda-se para o Largo de Coronel Pacheco onde permanecerá no palacete, de quatro pisos e quatro frentes, propriedade de uma extinta congregação religiosa inglesa, que havia albergado até 1911 o Colégio Inglês. As condições higiénicas e pedagógicas deste edifício poderiam ser consideradas de médias, apesar da insuficiente cubagem das salas, do enorme atraso das obras de beneficiação e remodelação deste edifício (só a partir de 1933 é que se pode verdadeiramente falar em obras). Ao longo

²⁴ O projecto de instalação de um Conservatório de Música na cidade do Porto foi esboçado, nesse mesmo ano de 1914, pelo pianista e director de orquestra Raimundo Macedo. Contudo, somente em 1917 se encontraram reunidas as condições políticas, designadamente os apoios do Senado e depois do Parlamento, que permitiram à Câmara Municipal do Porto lançar as bases do ensino oficial de música na cidade. O primeiro ano lectivo do Conservatório arrancou logo em 1917/18 com 373 matrículas individuais (cf. DELERUE, 1969: 8).

²⁵ Para além do Curso Geral, leccionado até à 5ª classe, foi aberto igualmente no Liceu Nacional Feminino do Porto o Curso Especial de Educação Feminina, criado e regulamentado pelo Decreto nº 1.637 de 11 de Junho de 1915. Este curso, que era estruturado por disciplinas de carácter acentuadamente doméstico, durou até à sua revogação pelo Decreto nº 4.597, de 12 de Julho de 1918, revogação esta ditada pela fraca frequência do curso.

da década de 40 este edifício irá conhecer uma acentuada degradação física das suas instalações. Em 1951, instalar-se-á no edifício construído nos terrenos da Quinta do Meio, à Ramada Alta, onde actualmente permanece.

3. O THYMOS SEGUNDO O LICEU FEMININO DO PORTO (1917-1927)

A utilização da noção de *thymos* no presente estudo é um risco por nós assumido no sentido de formalizar, sintetizar e recobrir conceptualmente uma série de dados empíricos que, analisados em sistema, concorrem para a configuração do perfil identitário de uma escola, no caso o Liceu Feminino do Porto/Sampaio Bruno/Carolina Michaëlis, da cidade do Porto.

Decidimos centrar a nossa reflexão e análise em torno do conceito de *thymos* e da sua relevância e significação no domínio da investigação educacional. As noções de *habitus* e de *ethos* não esgotavam a análise compreensiva que desejávamos desenvolver sobre as atitudes, comportamentos e representações dos professores do Liceu Feminino do Porto entre 1917 e 1927. Contudo, essas noções permanecerão em pano de fundo com a função de tornar mais inteligível a fundamentação, intenção e objecto do nosso esforço experimental: alocar a noção de *thymos*, se nos permitirem o jogo, no *thesaurus* e no *habitus* da investigação em educação, designadamente, na investigação histórico-educativa.

O processo de produção dos resultados ora apresentados iniciou-se primeiro com a pesquisa de campo, no caso vertente a história do Liceu Carolina Michaëlis entre 1914 e 1974²⁶, e só num segundo momento é que se procurou referentes teóricos em ordem a representar os resultados dessa pesquisa. O esforço conceptual realizado inscreve-se, deste modo, no processo de defrontação com outras teorias e, seguindo as palavras de Pierre Bourdieu, «apresenta-se como um programa de percepção e de acção só revelado no trabalho empírico em que se realiza. Construção provisória elaborada para o trabalho empírico e por meio dele, ganha menos com a polémica teórica do que com a defrontação com novos objectos»²⁷.

O *thymos* do Liceu Feminino do Porto foi-se configurando ao longo do período em análise através de um processo multidimensional que tomou expressão numa série de acontecimentos que passamos a descrever.

3.1. O nome do patrono do Liceu

Em reunião de 25 de Janeiro de 1918 do Conselho Escolar, o reitor, Augusto Martins, considerava que era conveniente dar um nome ao Liceu. Atenta a situação de se tratar de um «liceu feminino, natural era pensar numa mulher cujas virtudes pudessem apontar às gerações femininas para norma». Mas, ante a dificuldade de encontrar uma mulher com obra intelectual que servisse de modelo às alunas (anteriormente, o mesmo professor havia sugerido o nome de D. Filipa de Lencastre), viu-se na contingência de pensar num nome masculino. É assim que surge a proposta do pseudónimo de José Pereira Sampaio, isto é,

²⁶ O nosso estudo do Liceu integra-se num projecto colectivo de investigação denominado *Roteiro dos Liceus históricos*, coordenado por António Nóvoa. Os resultados deste projecto serão em breve publicados sob o formato de monografia por liceu.

²⁷ BOURDIEU, 1994: 59.

Sampaio Bruno²⁸ que foi aprovada pelo Conselho de professores por maioria dos seus elementos, com um só voto contra²⁹.

O nome de Sampaio Bruno (1857-1915), retrata bem a orientação ideológica dos professores influentes no Liceu. Eram, na sua maioria, republicanos e daí se tornar compreensível a relevância dada a um pensador portuense que, do ponto de vista doutrinal, foi um dos mentores da intentona de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto e, do ponto de vista da *praxis* política, um militante activo do Partido Republicano até 1902³⁰.

Não obstante o facto de o nome de Sampaio Bruno estar já resolvido pelo Conselho Escolar como o mais adequado para patrono do Liceu, soube-se pela imprensa, em inícios de Janeiro de 1919, que seria outro o nome a dar ao Liceu. Através do Decreto nº 5.096, de 7 de Janeiro, desse mesmo ano, alguns liceus do continente e ilhas passaram a ter novas designações e a que coube em sorte ao Liceu Feminino do Porto foi a de Castilho, ficando, momentaneamente, com a designação de Liceu Central de Castilho³¹.

Face a esta imposição central, o reitor, em reunião extraordinária do Conselho Escolar de 8 de Janeiro, pediu que fosse respeitada a proposta já anteriormente realizada, tanto mais que ela fora feita depois de o Ministro da tutela «a ter ouvido e concordado». Foi resolvido demonstrar ao Ministro a firmeza do Conselho em não abdicar da anterior deliberação³². Perante a tomada de posição firme do Conselho Escolar do Liceu, vertida para uma representação remetida superiormente ao Ministro da Instrução Pública, este (quicá informado da bravura dos professores do Liceu contra as imposições legais do *Monarquia do Norte* que analisaremos mais adiante), pelo Decreto nº 5.337, de 18 de Março de 1919, houve «por bem decretar que o Liceu Central de Castilho, no Pôrto, passe a denominar-se Liceu Central Feminino de Sampaio Bruno».

3.2. A resistência à *Monarquia do Norte*³³

Aquando da imposição do juramento de fidelidade dos funcionários públicos ao regime da *Monarquia do Norte*, os professores do Liceu demonstraram resistência e grande coragem ao formularem essa declaração nos seguintes termos: «Os professores do Liceu Central Feminino do Porto, abaixo assinados, reunidos em conselho extarordinário para dar

²⁸ Segundo o reitor, o nome de Sampaio Bruno «não precisa de justificação, pois todos nós, lembrado ele, pensamos logo em uma vida toda consagrada ao estudo, uma modéstia que nos garante a profundidade das suas cogitações, não falando na sua superioridade intelectual que nos dá um filósofo português (...). Depois é um portuense que amou a sua terra como poucos» (cf. AESCM, 1916-1924).

²⁹ Cf. AESCM, 1916-1924.

³⁰ Cf. SERRÃO, s.d.: 389-390.

³¹ Apesar do referido decreto em nada justificar a deliberação adoptada, pensámos que se trata do nome de António Feliciano de Castilho, poeta e prosador (1810-1879).

³² Cf. AESCM, 1916-1924.

³³ Movimento revolucionário que, no contexto de uma tentativa de restaurar a Monarquia através de sublevações em Lisboa e Porto, ganhou maior expressão no norte do país. As guarnições revoltosas da capital foram facilmente neutralizadas ao contrário das do Porto e norte de Portugal. O movimento monárquico acaba por dominar todo o Norte de Portugal (à excepção da cidade de Chaves) até à linha do rio Vouga e aguentou-se durante quase um mês. No Porto, o coronel Paiva Couceiro chefiou uma Junta Governativa do Reino (composta por sete ministérios) e tentou organizar política, militar e administrativamente todo o território dominado pelos revoltosos, daí a designação de *Monarquia do Norte* (cf. MARQUES, 1986: 245-248).

cumprimento ao disposto na portaria de 23 do corrente da Junta Governativa, resolveu colectivamente: 1º acatar, como funcionarios do Estado, o regime politico que seja a expressão definitiva da vontade nacional; 2º que para os efeitos legais, seja dado conhecimento desta sua resolução á autoridade administrativa»³⁴.

A letra desta declaração foi, segundo o administrador do 2º Bairro do Porto, considerada como um acto de rebelião, pelo que os professores deveriam, em ordem a evitar a pena de prisão, a demissão e encerramento da escola, reformular a mesma. Neste contexto de intimidação, a resposta dos professores foi bastante crua: «O Conselho ponderou a gravidade da situação e a impossibilidade de invocar o direito de liberdade de consciencia, e assim reconhece unânimemente que sob a ameaça de prisão e destituição dos respectivos cargos pela entidade que se apresentou como administrador do segundo bairro, se veem os professores deste liceu coagidos – a fim de evitar os vexames a que teem sido sujeitos todos os presos politicos e na falta, por impossibilidade de momento, de protecção eficaz aos seus direitos – a prestar uma declaração, que não tem outro significado senão o de ser imposta pela fôrça»³⁵.

Os acontecimentos vividos pelos professores do Liceu neste período de contra-revolução, foram alvo de uma análise apaixonada pelo professor Mendes Vaz: «que declara em face das violencias a que durante vinte e cinco dias estivemos sujeitos, foram lavradas as duas actas anteriores, em que ficou bem definida a sua atitute e da quasi totalidade dos professores deste Liceu, apresentando a seguinte Moção: “O Conselho Escolar de professores efectivos do Liceu Central Feminino do Porto - após vinte e cinco dias de opressão, ameaça e violencia, sofridos com serenidade de quem se sente forte nas suas crenças e confia no triunfo da Liberdade, do direito e da Justiça, resolvendo-se a morrer com eles – tem a honra de emitir os seguintes votos: - 1º) de Amor – pela sua Pátria; - 2º) de Enternecimento – pelas excepcionais qualidades de caracter do grande Português, Sua Excelencia o Almirante Canto e Castro, digno Presidente da Republica, como simbolo do Brio e dignidade da Pátria, incarnados no peito valoroso do mais austero representante da Marinha; - 3º) de reconhecimento – pelo Patriotismo, Bravura e sacrificios nunca egualados da Armada e do Exército; - 4º) de Pesar e Saudade – pela Morte dos herois, filhos queridos da pátria, imolados covardemente numa luta infame, calculada e fraticida; - 5º) emitir finalmente um voto que não se define e que compreende não só os anteriores, mas tudo o que poderia ser dito por quem tivesse mais dotes de falar, do que coração para sentir. Pela Honra da Pátria! Pela Consolidação da República”. O mesmo professor continuou com a moção de se acautelar futuras situações de atentado à autonomia dos liceus e de «manejos politicos e conveniencias partidárias, incompatíveis com as garantias intellectuais e morais do Ensino»³⁶. A moção e a proposta do professor Mendes Vaz foram aprovadas por aclamação.

3.3. A mudança para o Largo de Coronel Pacheco

A degradação contínua do edificio da Rua de Cedofeita levou o Conselho Escolar a considerar, em sessão de 21 de Agosto de 1918, que se devia convidar o Ministro da tutela a visitar o Liceu a fim de comprovar o estado das suas instalações. Considerou ainda que não se

³⁴ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 27.01.1919.

³⁵ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 29.01.1919.

³⁶ AESCM, 1916-1924: Sessão de 19.02.1919.

deviam fazer obras «no actual edificio, senão em último caso, e lembra o já velho desejo da sua instalação no extinto colégio de Miss Henessy, instalado num magnífico edificio no Largo do Coronel Pacheco, a onde com pequenas despesas se pode instalar definitivamente o liceu [...] e só em último caso o conselho entende que se devem levantar pavilhões no quintal do edificio onde hoje se encontra o liceu»³⁷.

O edificio do antigo Colégio Inglês³⁸, não obstante o facto de estar encerrado, havia mais de dez anos, concitava todo interesse e unanimidade dos professores do Liceu³⁹. Após inúmeras diligências realizadas junto das estâncias superiores, através de exposições do reitor e do Conselho Escolar, comissões de professores junto do Ministério da tutela, inúmeros telegramas remetidos, visitas do Ministro às instalações da Rua de Cedofeita a convite do Liceu e do apelo aos bons officios parlamentares do lente da Universidade, Dr. Augusto Nobre⁴⁰ por parte dos órgãos de gestão do Liceu, o Governo, por autorização da Lei nº 1.113, de 1 de Fevereiro de 1921, adquire o edificio da Praça do Coronel Pacheco para nele instalar a escola liceal feminina do Porto. Cumpridas todas as formalidades burocráticas, o edificio ficou pronto para ser cedido em inícios de Abril e o Conselho Escolar entendeu que «a mudança se fizesse imediatamente»⁴¹.

3.4. Récitas e solidariedade

A beneficência social era um dos resultados materiais das récitas organizadas e protagonizadas pelas alunas finalistas do Liceu nos palcos do Teatro S. João entre 1922 e 1930. As receitas dos espectáculos revertiam a favor da «Solidária» do Liceu, ou, por vezes, parte delas eram doadas a instituições de solidariedade social como foi o caso da Casa dos Filhos dos Soldados, em 1922, ou do Asilo das Meninas Desamparadas, em 1925.

Estas récitas de caridade a favor da «Solidária» e de despedida das alunas da 7ª classe agitaram a comunidade escolar e a cidade do Porto. O sucesso alcançado com a experiência de 1921, impulsionada pelos professores Judite Cunha (Canto Coral), Leonardo Coimbra e Mário de Vasconcelos e Sá, tornou-se, a partir de 1922, na mola propulsora das actividades extra-curriculares, ligadas ao teatro, música (canto coral) e dança, a partir do mês de Março de cada ano.

A festa de finalistas inspirava as alunas para a descoberta das suas potencialidades pessoais a nível do canto, dança e representação teatral, mas também a nível de organização e gestão quase empresarial. Estas festas de finalistas, que a nível de organização logística e de gestão de contas era da responsabilidade da Comissão de Alunas do Liceu Feminino

³⁷ Cf. AESCM, 1915-1919.

³⁸ Edifício que pertenceu a uma extinta congregação religiosa inglesa.

³⁹ Mas não só dos professores: concitava igualmente o interesse do Ministério da Justiça para nele instalar o Palácio de Justiça, dos militares, que nele viam um «esplêndido Quartel de Metralhadoras», e ainda da Tutoria da Infância do Porto (cf. MARTINS, 1927: 65-66).

⁴⁰ Cf. AESCM 1915-1919: Sessão de 08.04.1916.

⁴¹ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 06.04.1921. A primeira sessão do Conselho Escolar realizada nas novas instalações do Liceu homenageou as personalidades que permitiram a mudança de instalações para o edificio do Largo de Coronel Pacheco, como o então Ministro da Justiça, Lopes Cardoso, o ex-Ministro da Instrução Pública, Júlio Dantas, e o Governador Civil do Porto, tenente-coronel Pires Monteiro.

Sampaio Bruno, chegam a atingir um nível de complexidade tal que a sua preparação atingia quase foros de profissionalismo⁴².

A preparação das festas, na qual colaboravam vários professores do Liceu, representava um *outro* contexto de conhecimento e avaliação das capacidades e competências das alunas que os professores tinham à sua disposição. As récitas, para além do aspecto lúdico, recreativo e artístico, eram, na opinião do reitor, «uma válvula de segurança e um desvio [...] inteligente, podendo garantir, e isto sem a mínima hesitação, que contribuíram elas para um melhor conhecimento das alunas, a tal ponto que muitas devem as suas classificações às festas»⁴³. O sucesso das récitas estava garantido à partida: «Pudera! O público era da família. Viam-se rir olhos, de emoção íntima»⁴⁴. Apesar do público comprometido com as actrizes, cantoras e bailarinas garantir o sucesso das récitas, o certo é que algumas peças tiveram um forte impacto junto de outros públicos, como, por exemplo, a peça musicada «Princezinha» que pôde ser representada em Braga e que causou um impacto tal que «ainda se falava nelas [alunas] em Braga, passados quatro anos, pelo menos!»⁴⁵.

A avaliar pelo guarda-roupa das coreografias e peças teatrais apresentadas, poder-se-ia afirmar que a euforia dos anos 20 também atravessou o Liceu, só que integrada em projectos extra-curriculares de natureza artística com propósitos formativos no domínio sócio-afectivo: o desenvolvimento do espírito de solidariedade das alunas.

3.5. A não aceitação de duas professoras provisórias impostas pelo Ministério da tutela

Em sessão extraordinária do Conselho Escolar dos Professores Efectivos de 17 de Outubro de 1922, o reitor deu a conhecer que «recebera de estâncias superiores a notícia de terem sido nomeadas professoras provisórias para êste Liceu as candidatas D. Ema Vidal Pinheiro, para o segundo grupo, onde não existe nenhuma vaga, porquanto até há professoras a mais, com a agravante de ter sido esta Senhora pelo Conselho classificada em nono lugar, e D. Beatriz Nobre, para o nono grupo, igualmente classificada em nono lugar. O professor Leonardo Coimbra, referindo-se ao assunto, diz que, sem pôr de parte o respeito devido a S. Ex^a o Snr. Ministro da Instrução, entendia que o Conselho devia fazer-lhe sentir o seu desgosto, pelo facto de não ter sido respeitada a classificação que dos candidatos o Conselho fêz, com o máximo escrúpulo, propondo que lhe fôsse enviado o seguinte telegrama: “O Conselho escolar Liceu Sampaio Bruno, reunido extraordinariamente, lembra V. Ex^a

⁴² Basta atentar nas despesas da opereta «As sete manas Pataganas», levada à cena no Teatro de S. João a 21 e 26 de Maio de 1924: 17 ensaios e 2 espectáculos: 355\$00; aluguer de 36 cabeleiras e 8 barbas para 2 espectáculos (Cardoso, Cabeleireiro - R. Bonjardim): 760\$00; aeroplanos (António Sousa): 100\$00; ramos artísticos 3 (Horto Alegria - R. Alegria): 210\$00; orquestra - 2 ensaios (20-21.Maio) e 2 espectáculos (21-26. Maio): 2.980\$00; cópia e papel dos números de música (19): 475\$00; instrumentação da música: 570\$00; carregar e descarregar estrados da Associação Académica para o Teatro S. João (2 carregadores a 20 e 27.Maio): 50\$00; serviço de alquilaria da R. Vitória ao Teatro (dia 12) e vice-versa (27) (Alquilaria Galliza - Av. Rodrigues de Freitas): 130\$00; aluguer e despesas do Teatro S. João (Sociedade do Teatro S. João): 5.000\$00; trabalhos gráficos (Empresa Industrial Gráfica do Porto): 116\$00 (pagos pela Caixa «Solidária»); aluguer do guarda-roupa para as 2 récitas (Guarda-Roupa Valverde - R. Sto. Ildefonso): 2.600\$00 (pela «Solidária»); material de caracterização e trabalho de caracterização de 81 senhoras por cada espectáculo (Carlos Dubini, actor): 300\$00; ensaios e récitas (H. Guimarães): 600\$00 (cf. AESCM – *Miscelânea*, mç. s/n).

⁴³ MARTINS, 1927: 29.

⁴⁴ MARTINS, 1927: 32.

⁴⁵ MARTINS, 1927: 37.

honestidade ponderação justiça com que fez classificação professores provisórios e pede V. Ex^a respeite inteiramente classificação». O conselho aprovou por unanimidade⁴⁶.

Esta fricção entre Liceu e Ministério acontece numa conjuntura administrativa em que às escolas liceais era atribuída a competência de organizar o concurso, avaliar documentalmente e nomear os professores a contratar para o quadro provisório da escola⁴⁷. As professoras em referência acabaram por ficar fora dos quadros de pessoal docente do Liceu.

3.6. Leonardo Coimbra

Os efeitos da decisão do Conselho Escolar não acatar, em nome da legalidade, a imposição central das professoras candidatas, classificadas em 9º lugar nos respectivos concursos, não se fizeram esperar. Leonardo Coimbra disse, em sessão de 10 de Novembro de 1922, que no Ministério da Instrução Pública corria o rumor de que lhe era atribuída «a chefia duma pretensa campanha, sistematicamente dirigida por este Liceu contra o mesmo Ministério». Não poderia fazer outra coisa se não repudiar solenemente tal calúnia, pois que, declarou, pleno de razão, «não desempenhava nem podia desempenhar tal papel, porque, além de não haver qualquer vislumbre de campanha, isso não seria próprio do seu *carácter nem os seus colegas lho permitiriam*. O que este Liceu tem feito é, dentro da lei, reclamar ordeiramente contra certas ilegalidades, que as estâncias superiores lhe teem querido impor»⁴⁸.

Poucos dias passados sobre esta declaração, Leonardo Coimbra foi chamado para ocupar a pasta de Ministro da Instrução Pública pela segunda vez, desta feita no terceiro governo de António Maria da Silva (1922-1923).

Não obstante o facto de um dos seus professores mais prestigiados estar a desempenhar o cargo ministerial, o Liceu, em sede de Conselho Escolar, não deixou de exercitar o seu *habitus* de independência e espírito crítico em matérias educativas. A proposta feita pelo ministro às escolas de discutirem internamente o princípio da liberdade de educação religiosa nas escolas particulares, conseguiu dividir aritmeticamente a opinião dos professores do Liceu de Sampaio Bruno. O Conselho Escolar do Liceu decidiu discutir a proposta do ministro após o reitor ter, com o exercício do seu voto, desempatado o resultado entre aqueles que defendiam que o assunto não deveria ser discutido em sede de escola e os que defendiam o contrário, dado se tratar de uma matéria de natureza educativa. Após o debate, o Conselho votou por unanimidade a seguinte resolução: «O Conselho, tendo apenas em vista o lado educativo da liberdade do ensino religioso nos colégios particulares, resolve comunicar ao Ex.mo Ministro da Instrução a inteira concordância e solidariedade com o seu ponto de vista»⁴⁹.

As dúvidas e críticas suscitadas pela proposta de Leonardo Coimbra junto dos agentes educativos (mesmo entre os seus colegas de Liceu) e políticos do país acabariam por ditar o pedido de demissão do ministro.

⁴⁶ Cf. AESCM, 1916-1924.

⁴⁷ Cf. Decreto de 06.03.1906; as disposições do artigo 41º da Lei Orçamental do Ministério da Instrução Pública, de 9.09.1915; o artigo 328º e seguintes do Decreto nº 4.799, de 8.10.1918. Neste contexto, importa relevar o facto de o Liceu ter sido, anteriormente, objecto de várias sindicâncias, todas elas inconclusivas ou arquivadas, tendo uma delas, com igual desfecho, sido realizada em 1918 devido a supostos erros nos concursos de professores provisórios e supra-numerários (cf. MARTINS, 1927: 20-22, 54-59).

⁴⁸ Cf. AESCM, 1916-1924. O itálico é nosso.

⁴⁹ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 16.12.1922.

3.7. Uma ideia de ensino liceal feminino

O projecto de reforma educativa saído da pena de João Camoesas em 1923 motivou o Liceu a nomear uma comissão com o fim de o estudar e dar o seu parecer. Essa comissão foi constituída paritariamente por dois professores e duas professoras, a saber: Augusto Martins (reitor), Mário de Vasconcelos e Sá, Maria Emília Duarte Costa e Maria da Luz Sobral. As conclusões saídas da comissão foram adoptadas pelo Conselho Escolar do Liceu. Essas conclusões, sem comentários da nossa parte, devido à sua clareza, foram as seguintes:

1º a comissão prefere ver executada a organização do ensino liceal em vigor, «tornando efectivo, rigoroso e insofismável o regime de classe, em que ela estruturalmente se baseia»; 2º considera o «ensino secundário como factor de cultura geral, indispensável não só às preparação universitária, como a todo indivíduo que necessita de viver na sociedade, não admitindo portanto bifurcações ou especializações no ensino secundário, por serem contrárias ao seu espírito»; 3º considera boa a doutrina de entrada aos 10 anos nos liceu, mas adverte que é «necessário atender a que, nas condições actuais da vida, não vencem só os que veem mais bem habilitados – a vitória pertence antes ao que chega primeiro»; 4º o projecto de «transformação dos liceus femininos em escolas técnicas complementares representa a velha rotina de se querer contrariar a aspiração justa da mulher em cuidar da sua cultura intelectual» visto que o ensino técnico não atrai ou seduz as mulheres; 5º em ordem a garantir o «desenvolvimento da cultura intelectual da mulher», é importante manter-se a separação dos sexos dado que os liceus femininos têm vindo a crescer de população discente ao passo que o volume de raparigas estudantes nos liceus mistos ou masculinos «é insignificante ou estacionário, visto que grande número de famílias declaram não consentir a frequência de suas filhas nos liceus mistos»; 6º e último, «que é de opinião contrária ao art.º 1º do Projecto de Reforma, porque uma reforma de educação representa sempre um dos mais complexos e importantes problemas atinentes ao futuro de um povo, sendo de parecer que emitir, de ânimo leve, opiniões sobre tal assunto é contraproducente e muito mais ainda pensar-se em iniciar, no comêço do próximo ano lectivo, a realização de algumas das suas medidas. Uma reforma desta natureza exige muita reflexão e estudo, um exame atento e demorado à nossa maneira de ser, aos bons e maus resultados colhidos com as reformas anteriores, etc. Os figurinos estrangeiros veem, as mais das vezes, deformar o carácter nacional. Em tôda a parte êstes problemas levam muito tempo a formular e a resolver, e, por isso, não tem cabimento a sua execução imediata.»⁵⁰

Depois do regulamento interno de 1916, as conclusões da comissão encarregada de analisar a proposta do ministro João Camoesas são o segundo e último texto produzido pelo Liceu sobre a natureza, finalidade e função do ensino liceal, em geral, e do ensino liceal feminino, em particular, no contexto do sistema educativo e da sociedade. O Liceu teve, assim, duas oportunidades para explicitar as ideias sobre o seu papel no quadro da organização educativa e social. Ideias essas que são mais modernas no texto de 1923, mercê, quiçá, da composição paritária da comissão, e mais tradicionais no regulamento interno de 1916, devido, por um lado, ao enquadramento curricular à época (funcionava o Curso Especial de Educação Feminina no Liceu), e, por outro, por ter sido o resultado do labor de um só professor, Mário de Vasconcelos (cf. Liceu Feminino do Porto, 1916).

⁵⁰ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 01.10.1923.

3.8. O *blackout* das professoras às actividades de gestão ou orientação educativa partilhadas com os professores

A par da discussão gerada em torno da proposta de liberdade religiosa apresentada por Leonardo Coimbra, outro acontecimento reflecte a pluralidade de perspectivas e interesses pessoais e profissionais dos diferentes professores e professoras em matéria da organização da escola.

Apesar da abertura do Liceu aos acontecimentos educativos, sociais, culturais e políticos, o protagonismo nas decisões adoptadas recaía sobre o género masculino. Em 1917, foram eleitas as professoras Leonor Leto e Augusta Rocha como membros suplentes do Conselho Administrativo⁵¹, as quais serão reconduzidas na mesma qualidade de suplentes um ano mais tarde. Em 1919 foram nomeadas, num universo de 10 júris, as primeiras professoras como presidentes de 3 júris, entre elas Maria Emília Duarte Costa. Duas professoras voltarão a ser eleitas membros suplentes do Conselho Administrativo em 1920, e apenas uma voltará a sê-lo no ano seguinte. Em 1920 serão nomeadas, num universo de sete directores de classe, as primeiras professoras para a direcção da 2ª e 3ª classes, Mercedes Lopes Monteiro e Maria Emília Duarte Costa, respectivamente. Em 1922 é eleita a primeira mulher para um órgão de gestão central da escola: a professora Maria Emília Duarte Costa, é eleita membro efectivo do Conselho Administrativo, após a primeira votação ter sido anulada pelo facto de um dos professores eleitos ter declinado esse cargo.

Apesar do reconhecimento da importância da educação secundária para a emancipação da mulher, os professores do género masculino continuariam a fazer prevalecer a sua vontade, com o aval de algumas professoras, em matérias pedagógicas e da gestão do Liceu. Porém, a partir de 1924 assistir-se-á a uma espécie de guerra surda entre professoras e professores motivada por um incidente ocorrido na decisão do manual de Inglês a adoptar pelo Liceu. A professora Alice Andrade propôs a substituição do manual de Teixeira Botelho pelo de Albino Ferreira e a reacção de um professor conceituado e respeitado, Mário de Vasconcelos, foi tudo menos objectiva: reprovava tal livro «por uma questão moral»⁵². Foi organizada uma reunião dos professores de Inglês e o livro adoptado continuou a ser o de Teixeira Botelho.

Este episódio deixou algumas marcas no relacionamento entre professores e professoras pertencentes ao quadro de efectivos. Maria Emília Duarte Costa é nomeada para a comissão de classificação dos documentos dos professores candidatos às vagas de professores provisórios do Liceu, mas declinou tal nomeação, embora mantivesse a direcção da 2ª classe, para a qual tinha sido igualmente nomeada⁵³. Devido ao facto de existir uma só sanita partilhada por professores e professoras, a professora Maria Baptista apresentou a proposta de se adequar as instalações sanitárias dos professores aos preceitos higiénicos e às necessidades

⁵¹ Cf. AESCM, 1916-1924: Sessão de 23.07.1917.

⁵² Cf. AESCM, 1924-1930: Sessão de 01.07.1924.

⁵³ Cf. AESCM, 1924-1930: Sessão de 26.07.1924.

femininas⁵⁴. E, um último episódio, tratou-se da proposta da professora Branca Lopes para a substituição do manual de História de João Soares pelo de Shwalbach. Mais uma vez a proponente votou derrotada pelos seus colegas de disciplina, um professor e duas professoras⁵⁵. Aliás, o manual proposto por Branca Lopes será adoptado pelo Liceu a partir de 1927/1928, depois da saída dos professores do género masculino.

3.9. O assédio ao edifício do Largo de Coronel Pacheco

Um último acontecimento que analisamos em rede para urdir e fundamentar o conceito de *thymos* aconteceu depois da implantação da Ditadura Militar e da saída dos professores do género masculino dos liceus femininos.

O Liceu sito ao Largo de Coronel Pacheco ocupava uma área considerável, dado que a ele estavam anexados terrenos com saída para a Rua dos Bragas, terrenos estes que a partir de 1926 passaram a ser muito cobiçados.

Primeiro, surgiu um memorando do professor António Machado do Liceu de Rodrigues de Freitas que aludia às enormes dificuldades e limitações com que o Liceu de Rodrigues de Freitas se debatia nas precárias instalações que então ocupava na Rua de S. Bento da Vitória (três edifícios) e à pretensão de transferir «para o prédio em que presentemente se encontra o Liceu de Carolina Michaëlis» toda a população escolar, laboratórios e museus daquele liceu masculino. Nessa proposta, demasiada rebuscada do ponto de vista operacional pois envolvia as transferências das instalações entre o Instituto Industrial e Comercial, a Faculdade de Letras, a Faculdade de Engenharia..., o Liceu de Carolina de Michaëlis voltaria a ocupar as instalações anteriormente ocupadas, sitas à Rua de Cedofeita⁵⁶.

Depois, surge o Decreto nº 12.889, de 24 de Dezembro de 1926, que considerava de grande importância instalar uma Maternidade anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Essa Maternidade seria instalada no terreno confinante com o do Liceu de Carolina Michaëlis.

Por último, e dentro do espírito do diploma legal anteriormente citado, a reitora recebe, em 16 de Fevereiro de 1927, a visita do Director da Faculdade de Engenharia do Porto que lhe declara «que não só precisava desde já de 12.000 m² do terreno anexo ao mesmo [Liceu] para a construção do edifício próprio para a Faculdade de Engenharia, como ainda, e possivelmente até num futuro próximo, do próprio edifício»⁵⁷. Este foi, aliás, o único dos projectos de ocupação dos terrenos anexos ao Liceu coroado de êxito⁵⁸.

⁵⁴ Cf. AESCM, 1924-1930: Sessão de 02.06.1925. Mas o rol continha ainda as propostas de «adaptação dum compartimento para vestiário das professoras, contendo: um lavatório com água canalizada, uma escôva para fato, cabides para chapéus e um espelho; 3º aquisição de escarradores em número suficiente para serem distribuídos pelas diferentes salas de aula; 4º limpeza e caiação das paredes e portas das janelas, tôdas rabiscadas pelos lápis das alunas, ao menos para a época de exames; 5º fazer desaparecer o cheiro pestilento que algumas vezes se nota na sala da 1ª B, devido aos canos de esgôto situados em frente da aula».

⁵⁵ Cf. AESCM, 1924-1930: Sessão de 27.07.1925.

⁵⁶ AESCM, 1925-1926: Sessão de 06.12.1926.

⁵⁷ AESCM, 1924-1930: Sessão de 19.02.1927.

⁵⁸ Aliás, o processo de assédio por parte de outros estabelecimentos de ensino aos terrenos anexos ao Liceu foi objecto de uma conclusão específica do I Congresso Pedagógico do Professorado do Ensino Secundário (realizado em Junho

A análise da acta da reunião do Conselho Escolar de 19 de Fevereiro de 1927 revela que, até determinado momento, existia um vazio de decisão e de reacção, uma quase resignação em relação à marcha dos acontecimentos. A defesa dos interesses do Liceu foi interpretada, de uma forma clara, racional e determinada pela professora que, apesar de muito recentemente ter perdido por um voto de diferença a eleição para o cargo de reitora do Liceu para uma professora recém-chegada (Leonor Amélia da Silva), capitalizara e herdara o *thymos* (da justiça, irreverência, amor-próprio, orgulho e racionalidade) do período republicano: a professora Maria Emília Duarte Costa.

Com ela e com este episódio desapareceu o *thymos* do Liceu, mercê da mudança radical e estrutural da organização política-ideológica do país e do sistema educativo.

4. NOTA FINAL

Com a noção de *thymos* é nosso desejo contribuir para a exegese de um conjunto de acontecimentos únicos que marcaram o devir do Liceu Feminino do Porto/Sampaio Bruno/Carolina Michaëlis no período de 1917 a 1927.

A irreverência da escola contra tentativas de prepotência por parte dos serviços centrais do Ministério da Instrução (a decisão do patrono do Liceu, as professoras nomeadas pelo Ministério que não foram aceites pelo Liceu), o sentido de liberdade e legalidade dos seus professores (como o caso da resistência à *Monarquia do Norte*), os esforços intensos para obter um edifício condigno e adequado às necessidades do Liceu (a mudança para o Largo do Coronel Pacheco), a assunção de um projecto educativo e de uma identidade da escola (o caso das récitas das alunas finalistas e do parecer remetido em resposta às intenções reformistas de João Camoesas), a afirmação da especificidade e justeza das propostas e perspectivas das professoras face à teia de poder dominada pelos professores do género masculino e a postura de autonomia face ao Ministério da tutela mesmo em situações que estrategicamente poderiam favorecer a escola (como é o caso do segundo ministério de Leonardo Coimbra, professor do Liceu) são factos que configuram o *locus* simbólico (político, administrativo, técnico e pedagógico) do Liceu no quadro do sub-sistema escolar português da época e o seu *thymos*.

Marcam, igualmente, o processo de construção do *ethos* da escola e balizam o grau de liberdade e diversidade do seu *habitus*⁵⁹. Contudo, é nossa convicção que a noção de *thymos* é aquela que melhor se coaduna com a análise da representação, propósito e extensão dos

de 1927, em Aveiro), a saber: «36º - Êste Congresso presta a sua inteira solidariedade ao Conselho Escolar do liceu feminino do Pôrto no caso relativo aos terrenos que eram pertença do mesmo liceu e, lamentando o menos apreço em que se tem, entre nós, o ensino médio feminino, faz votos por que sejam tidas na devida conta as necessidades dêsse ensino, colocando-o em condições de poder cumprir eficientemente a sua missão educativa» (cf. *Labor*, 1927: 249).

⁵⁹ Julgamos que as noções de *trans-ethos* e de *trans-habitus* adequam-se melhor aos resultados da análise realizada pois o Liceu adoptou, do ponto de vista educativo e pedagógico um sistema de representações e valores, que é comum a outros liceus portugueses e que definem, a um tempo, o *múnus* dos docentes e o *ofício* de aluno, a saber: a disciplina, a concentração nas tarefas escolares, a meritocracia independente da extracção social (mais visível no período da I República); a busca da excelência académica; a filantropia social (as receitas das festas de finalistas, os labores oferecidos a diferentes instituições, o Dia da Mãe, a Festa dos Berços, a festa e lanche de Natal oferecido às crianças pobres da área geográfica do Liceu); a intervenção político-ideológica, quer na República, quer na Ditadura Militar e Estado Novo; o apuramento, limpeza e decência do vestuário de alunas (introdução de um vestuário académico composto de capa e batina na década de 1920; introdução da bata oficial e de uso obrigatório a partir de 1951) e de professoras.

comportamentos adoptados pelos professores do Liceu: por razões do *timo* da escola – urdir um sistema de prevenção e combate simbólico contra os agentes estranhos que desestruturaram a homeostase do Liceu (o efeito, do ponto de vista sistémico, é o de se buscar um novo equilíbrio num estado de complexidade organizacional mais elevado); por razões da defesa de um princípio elementar da convivência social, institucional e política: a *justiça*; por razões de se reclamar o reconhecimento de uma *identidade diferenciada* (o primeiro liceu feminino na segunda maior cidade do país); e, por último, por se pressentir, junto de um grupo de professores, uma espécie de *orgulho* pelos resultados do labor educativo desenvolvido de uma forma profissional e colegial.

Abreviaturas

- cf.* – conforme
ed. – edição
fasc. – fascículo (s)
mç. – maço
p. – página (s)
s.d. – sem data
s/n – sem número
Vol. – volume (s)

FONTES

- A Verdade. Hebdomadário defensor dos interesses académicos.* 11 números, Porto, Março a Junho de 1912.
 AESCM (ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAROLINA MICHAELIS) (1915-1919) – *Actas do Conselho Escolar – Curso Secundário (1915-1919)*.
 AESCM (1916-1924) – *Actas do Conselho Escolar – Professores Efectivos (1916-1924)*.
 AESCM (1924-1930) – *Actas do Conselho Escolar – Professores Efectivos (1924-1930)*.
 AESCM (1925-1926) – *Actas do Conselho Geral dos Professores (1925-1926)*.
 AESRF (ARQUIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA RODRIGUES DE FREITAS) (1906-1915) – *Actas do Conselho de Professores – 1906 a 1915*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, João, 1995 – *Os Liceus – organização pedagógica e administração (1836-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.
 BOURDIEU, Pierre, 1994 – *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
 BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean –Claude, s.d. – *A reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Vega.
 DELERUE, José, 1969 – *No cinquentenário do Conservatório de Música do Porto*. "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", Vol. XXXII, fasc. 1-2.
 DURANTEAU, André, 1981 – *Dicionário elementar de Medicina*, Mem Martins, Europa-América.
 FUKUYAMA, Francis, 1991 – *O fim da história e o último homem*, Lisboa, Gradiva.
 JARY, David; JARY, Julia, 1991 – *Collins dictionary of Sociology*, Glasgow, Harper Collins.
Labor, nº 8, Ano II, Julho, 1927.
 LICEU FEMININO DO PORTO, 1916 – *Regulamento interno do Liceu Feminino do Porto*. Porto: Renascença Portuguesa.
 MARQUES, A. H. de Oliveira, 1986 – *História de Portugal desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. General Eanes*, 3ª ed., Lisboa, Palas Editores.
 MARTINS, Augusto, 1927 – *Liceu Feminino do Pôrto (Relatório e conclusões)*, Porto, Maranus.

- PINTASSILGO, Joaquim, 1998 – *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias na Primeira República portuguesa*, Lisboa, Colibri.
- PLATÃO, 1983 – *República*, 4ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SERRÃO, Joel, s.d. – *Bruno, José Pereira de Sampaio* in "Dicionário de História de Portugal", Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. I, p. 389-390.
- STOER, Stephen; ARAÚJO, Helena C., 1992 – *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*, Lisboa, Escher.
- SWATUS, William H., edit., 1998 – *Encyclopedia of Religion and Society*, Londres, AltaMira/Sage.